

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 13 de abril de 2023, um conjunto de investigadores precários manifestaram-se em frente ao I3s-UP, na cidade do Porto, em defesa de mais condições laborais para si e os seus colegas. Em causa, está uma luta antiga desta classe profissional, que se tem erguido contra a precariedade e os baixos rendimentos do trabalho.

Na Carta Reivindicativa apresentada pelos organizadores do protesto – Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), são apresentadas as principais preocupações dos investigadores precários:

- “Revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI) e substituição de todas as bolsas por contratos de trabalho;
- Abertura de concursos nas instituições para integração na carreira dos/as investigadores/as contratados/as ao abrigo do DL57, no âmbito da norma transitória, dos CEEC e de outros mecanismos criados desde 2016, e que não têm qualquer garantia de efetiva integração na carreira, bem como dos/as investigadores/as com bolsas de pós-doutoramento que ainda não foram abrangidos/as por nenhuma destas medidas;
- Real atualização do valor das bolsas enquanto estas não forem substituídas por contratos de trabalho e valorização dos salários dos/as investigadores/as.”

O problema da precariedade no Ensino Superior e na Ciência é endémico e constitui um dos principais entraves na vida da comunidade académica e no desenvolvimento de um Sistema Científico e Tecnológico Nacional robusto e com capacidade para assegurar a massa crítica altamente qualificada no nosso país. A insistência em respostas paliativas que trocam bolsas de investigação por contratos a prazo tem vindo a adiar decisões políticas da máxima urgência. O ingresso na carreira de investigação científica continua a ser uma miragem para a quase totalidade da classe profissional, apesar de, nos últimos anos, terem sido criados mecanismos como o PREVPAP para erradicar a precariedade no setor.

O papel do Governo, em sintonia com as posições dos representantes das várias Instituições de

Ensino Superior e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, são a causa para a manutenção de um modelo de governo destas instituições assente em exploração laboral e precariedade.

Estima-se que, durante o ano de 2023, cerca de dois mil investigadores possam perder o seu emprego, dado o término dos seus contratos a prazo. O flagelo que se instalou nas últimas décadas no setor é um convite à emigração e à perda de capacidade nas áreas de investigação, ciência e tecnologia nas várias vertentes económica e social que o país necessita. O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, em solidariedade com estes e estas investigadoras precárias, acompanha as suas preocupações e lutará, como fez no passado, por uma resposta política que combata a precariedade e dignifique a profissão de investigador científico.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior conhecimento das reivindicações apresentadas pela ABIC e pelos investigadores em protesto?
2. Tem o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior monitorizado o término dos milhares de contratos a termo assinados ao abrigo da norma transitória do DL 57/2016?
3. Vai o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior garantir que, para cada bolsa de investigação e contrato a termo no seu término, abre um concurso ao abrigo do Estatuto da Carreira de Investigação Científica em cada uma dessas Instituições de Ensino Superior?

Palácio de São Bento, 17 de abril de 2023

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)